



ARTIGOS  
TECNICOS

## 1 - INTRODUÇÃO

Após a criação dos incentivos fiscais, em 1967, tem sido intensificada a injeção, via SUDEPE, de recursos financeiros no sistema produtivo e na pesquisa em tecnologia de pesca e em processamento de pescado, visando proporcionar ao setor condições de melhor desempenho na captura e oferta de produtos, a preços acessíveis à população. Ressalta, então, a importância de estudos sobre o consumo de produtos da pesca no Brasil, na medida em que fornecem subsídios para uma estratégia de "marketing" de pescado, visando aumento da demanda condizente com o desenvolvimento esperado dos setores de captura e distribuição.

O objetivo do presente trabalho é tecer considerações sobre os resultados de estudos realizados nos últimos anos, sobre o consumo de pescado no Brasil, baseadas, principalmente, nos resultados preliminares do Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF), realizado pela Fundação IBGE no período de agosto de 1974 a agosto de 1975 (1). Limitou-se o estudo a analisar os aspectos relacionados com as diferenças regionais no consumo, com a importância relativa dos equipamentos varejistas na distribuição do pescado e com a variação do consumo relacionada com o nível de renda do consumidor, em oito áreas metropolitanas do País.

## 2 - VARIAÇÕES REGIONAIS NO CONSUMO

A Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) estimou o consumo per capita de pescado no Brasil, para o período de 1972-74, em 6,7kg por ano, conforme citação do Departamento de Comércio dos Estados Unidos (2). O consumo aparente no Brasil, em 1975, em termos per capita, ou seja, produção mais estoques mais importações menos exportações, foi

(1) FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Consumo alimentar; antropometria. Dados preliminares. Rio de Janeiro, 1977. V.T. Ptel. Região I - Estado do Rio de Janeiro e Região III - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. 110 p. (Estudo Nacional da Despesa Familiar).

Região II - São Paulo e Região IV - Minas Gerais e Espírito Santo, 110p. (Estudo Nacional da Despesa Familiar).

Região V - Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. 72 p. (Estudo Nacional da Despesa Familiar).

(2) ESTADOS UNIDOS. Department of Commerce. National Oceanic and Atmospheric Administration. Fisheries of the United States, 1977. Washington, D.C., 1978. (Current Fishery Statistics, 7500).

estimado pela SUDEPE em 8kg <sup>(3)</sup>. Comparado aos níveis de consumo por habitante dos países maiores consumidores, como o Japão (68,8kg), a Islândia (66kg) e mesmo à média mundial (12,6kg), o consumo brasileiro se revela muito aquém das possibilidades, se for levada em conta a disponibilidade de recursos pesqueiros do território nacional.

As variações regionais no consumo de produtos da pesca no Brasil podem ser explicadas pelos diferentes graus de disponibilidade, tanto de recursos pesqueiros, como de produtos substitutivos. Assim, a posição geográfica quanto às fontes de captura de pescado parecem explicar as diferenças de consumo entre as diferentes áreas metropolitanas. Com efeito, o consumo per capita de peixe fresco de mar é substancialmente maior nas metrópoles localizadas na orla marítima do que nas áreas mais afastadas do litoral. Por outro lado, o consumo por habitante de peixe fresco de água doce é maior nas cidades interioranas em relação às da faixa litorânea, exceção feita à área metropolitana de Fortaleza, que apresenta um nível de consumo bastante elevado. Quanto ao peixe enlatado, o consumo é uniforme em todas as áreas, exceto Salvador e Recife, que compensa o baixo nível desse produto com o elevado consumo de outros produtos, como camarão, siri, etc. (quadro 1).

Numa análise comparativa do consumo per capita regional de diferentes tipos de carnes, observa-se, à primeira vista, que os níveis de consumo de pescado estão inversamente relacionados com os níveis de consumo de determinado tipo de produto substituto. Assim, por exemplo, a área metropolitana de Porto Alegre, com um dos mais baixos níveis de consumo de pescado, apresenta o mais alto consumo de carne bovina e dos mais elevados de carne de frango. Da mesma forma, em Belo Horizonte, o menor índice de consumo de pescado é parcialmente compensado com o maior nível de consumo de carne suína. A tradição de hábitos alimentares parece, também, influenciar nesse aspecto citado.

### 3 - EQUIPAMENTOS VAREJISTAS DE PESCADO

O Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF) incluiu, na sua pesquisa de hábitos alimentares, inquérito sobre os locais de compra das calorias consumidas em oito áreas metropolitanas do País, segundo os alimentos. Os diversos tipos de pescado adquiridos foram agrupados em fresco, salgado e enlatado e os equipamentos de venda no varejo em supermercado (SU), feira-livre (FE), armazém, inclusive mercearia, empório e quitan

---

<sup>(3)</sup> BRASIL. Ministério da Agricultura. SUDEPE. Plano anual de trabalho. Brasília, 1978.

É difícil uma estimativa mais precisa do consumo per capita total de pescado, dada a inexistência de fatores de equivalência dos diferentes tipos de produto.

QUADRO 1. - Quantidade de Pescado, Carne Bovina, Carne Suína e Carne de Frango Consumida por Comensal-Ano, por Área Metropolitana, 1975

(em quilograma)

Área metropolitana	Produtos pesqueiros						Carne bovina	Carne suína	Carne de frango
	Peixe de mar		Peixe de rio		Peixe enlatado	Outros produtos			
	Fresco	Salgado	Fresco	Salgado					
Rio de Janeiro	5,8	0,6	0,2	0,0	0,3	0,6	21,0	2,8	10,6
São Paulo	3,0	0,5	0,7	0,0	0,4	0,2	19,0	2,9	11,0
Porto Alegre	1,4	0,1	0,6	-	0,3	0,2	31,1	1,8	10,8
Curitiba	1,6	0,1	0,3	-	0,3	0,4	20,6	2,7	9,4
Belo Horizonte	1,0	0,2	0,6	-	0,3	0,1	13,5	4,5	8,3
Salvador	5,8	0,6	0,3	0,0	0,1	0,8	26,7	2,5	7,7
Recife	3,4	0,8	0,2	0,0	0,2	0,6	17,9	1,6	10,5
Fortaleza	4,5	0,6	1,5	0,7	0,4	0,4	12,7	2,6	5,8

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

da (AR), vendedor ambulante (VA) e estabelecimento especializado (EE), no caso, representado por peixaria (quadro 2).

Analisando-se a importância relativa dos equipamentos varejistas na distribuição do pescado, por tipo de produto e por área metropolitana, chega-se às seguintes conclusões:

a) o supermercado é o principal local de venda de pescado salgado e enlatado nas metrópoles do Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Salvador, o segundo equipamento de venda de pescado fresco em Porto Alegre (também pescado salgado), Curitiba e Salvador e de pescado enlatado em Recife, Fortaleza e Belo Horizonte (inclusive pescado salgado);

b) a feira-livre (equipamento móvel) predomina nas áreas de São Paulo e Rio de Janeiro, quanto à distribuição de pescado fresco e ocupa a segunda posição em Recife (inclusive pescado salgado) e Salvador (na venda de pescado salgado);

c) o armazém lidera a distribuição de pescado enlatado e salgado nas áreas metropolitanas de Fortaleza, Recife e Belo Horizonte, exatamente onde o supermercado tem menor importância relativa no abastecimento desses produtos; ocupa a segunda posição em Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro quanto aos mesmos tipos e em Porto Alegre e Salvador, na distribuição de pescado enlatado;

d) vendedor ambulante é o principal distribuidor de peixe fresco em Belo Horizonte e o segundo mais importante em Fortaleza (inclusive pescado salgado) e São Paulo; e

e) a peixaria se destaca na venda no varejo de pescado fresco em Curitiba, Porto Alegre (inclusive pescado salgado), Recife, Fortaleza e Salvador; ocupa a segunda posição no Rio de Janeiro e Belo Horizonte na distribuição de pescado fresco.

O resultado do estudo, visto pelo lado dos tipos de pescado, revela o seguinte panorama:

a) na distribuição do pescado fresco, a peixaria foi o equipamento predominante nas áreas metropolitanas de Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife e Fortaleza; nas metrópoles de Rio de Janeiro e São Paulo, predominou a feira-livre e em Belo Horizonte, o vendedor ambulante;

b) quanto às vendas no varejo de pescado salgado, o supermercado predominou no Rio de Janeiro, em São Paulo, Curitiba e Salvador; o armazém em Belo Horizonte, Recife e Fortaleza; e em Porto Alegre preponderou a peixaria; e

c) o equipamento preferido pelos consumidores, para suas compras de pescado enlatado, também foi o supermercado, que se destacou em Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba e Salvador; o armazém foi o preferido em Belo Horizonte, Recife e Fortaleza.

#### 4 - O CONSUMO EM FUNÇÃO DA RENDA

Entre os diversos aspectos do hábito de consumo alimentar cap-

QUADRO 2. - Participação do Equipamento Varejista na Venda de Pescado, por Área Metropolitana, 1975 (<sup>1</sup>)

(em porcentagem)

Área metropolitana	Tipo de pescado	Equipamento varejista ( <sup>2</sup> )				
		SM	FE	AR	VA	EE
Rio de Janeiro	Fresco	14,6	41,6	1,6	9,9	32,3
	Salgado	70,5	3,4	19,8	0,5	5,8
	Enlatado	70,5	0,5	24,6	-	4,4
São Paulo	Fresco	9,1	48,6	1,7	22,4	16,2
	Salgado	38,6	13,2	31,9	2,4	13,9
	Enlatado	55,3	3,3	38,3	-	3,1
Porto Alegre	Fresco	27,1	9,4	7,5	8,7	47,3
	Salgado	38,7	-	14,7	-	46,6
	Enlatado	60,4	-	33,2	4,6	1,8
Curitiba	Fresco	19,5	7,8	5,2	10,6	56,9
	Salgado	45,4	-	27,3	4,6	22,7
	Enlatado	55,7	2,6	40,9	-	0,8
Belo Horizonte	Fresco	22,2	10,7	14,3	27,3	25,5
	Salgado	33,8	8,8	50,0	-	7,4
	Enlatado	35,7	0,9	59,9	-	3,5
Salvador	Fresco	24,8	17,2	17,9	14,9	25,2
	Salgado	54,9	22,7	12,2	-	10,2
	Enlatado	68,6	3,9	25,5	-	2,0
Recife	Fresco	12,4	30,8	9,5	11,3	36,0
	Salgado	25,9	28,5	35,8	2,2	7,6
	Enlatado	35,5	0,0	61,7	-	2,8
Fortaleza	Fresco	6,9	10,1	18,5	29,5	35,0
	Salgado	5,3	10,0	35,3	33,2	16,2
	Enlatado	21,5	0,4	77,0	0,0	1,1

(<sup>1</sup>) Segundo o consumo em calorías contidas nos tipos de pescado.

(<sup>2</sup>) SM - supermercado; FE - feira-livre; AR - armazéns; VA - vendedor ambulante; EE - estabelecimento especializado.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

tados pelo Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF), destaca-se o da despesa monetária total em alimentação por classe de renda familiar. Visando analisar a variação do consumo de pescado em função da renda, utilizou-se de dados disponíveis para a área metropolitana do Rio de Janeiro (4).

Os perfis de gastos das famílias com os diversos tipos de carne são afetados diferentemente conforme seus poderes de compra. Assim, o consumo de carne bovina, medido pelo percentual da despesa com esse item na despesa total com alimentação, cresce acentuadamente nas classes inferiores de renda, atingindo o ponto máximo na classe de 7 a 10 salários mínimos anuais, e mais lentamente nos níveis mais elevados. O consumo de carne de frango e galinha aumenta moderadamente até a classe de 3,5 a 5 salários e depois decresce, enquanto os percentuais dos dispêndios com pescado e carne suína praticamente não se alteram com o nível de renda (figura 1).

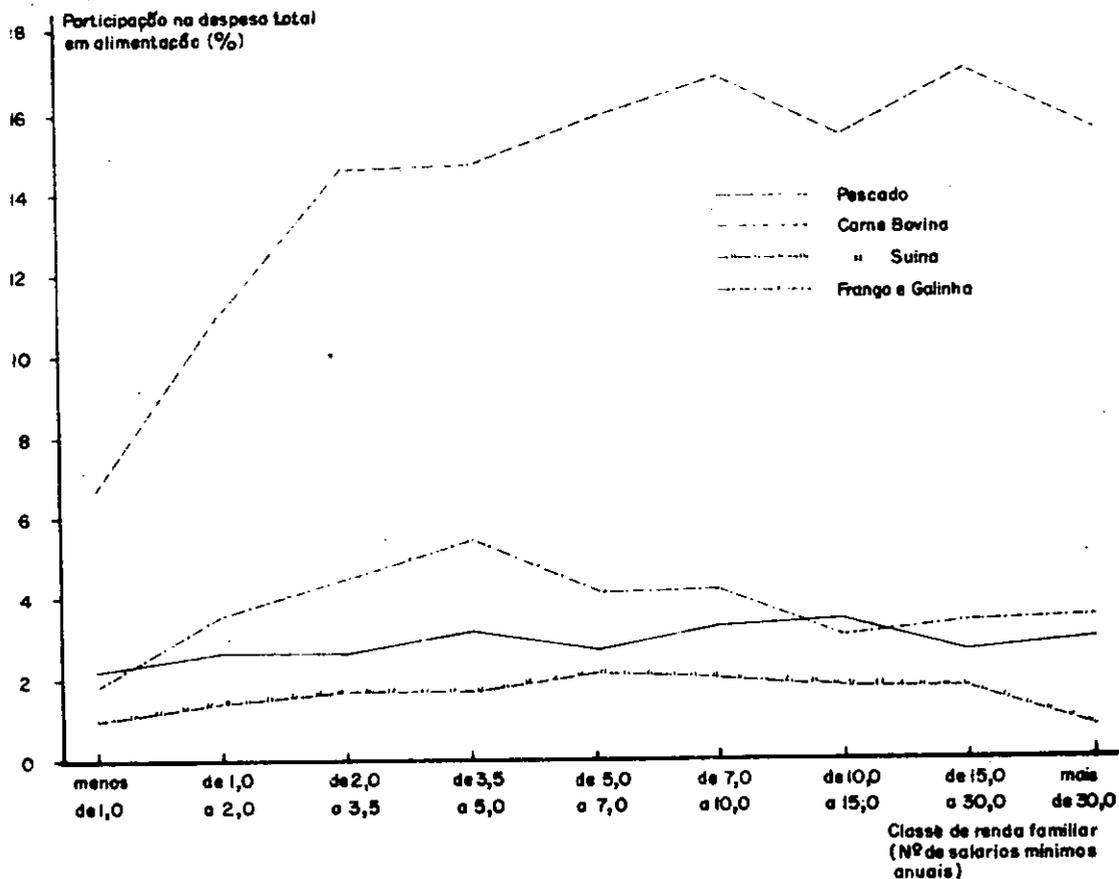


FIGURA 1. - Participação da Despesa Monetária em Produtos Pesqueiros na Despesa Total em Alimentação, por Classe de Renda Familiar, Área Metropolitana do Rio de Janeiro, 1975.

Fonte dos dados básicos: Fundação IBGE.

(4) FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Despesas das famílias. Dados preliminares. Rio de Janeiro, 1978. Região I - Estado do Rio de Janeiro. 85 p. (Estudo Nacional da Despesa Familiar).

As despesas realizadas com pescado (fresco, salgado e enlatado), ao redor de 2,9% da despesa monetária total em alimentação, da mesma forma que para os demais alimentos, aumentam em valores absolutos com a elevação do nível da renda, porém com alterações nos padrões de consumo. Com efeito, este fato foi constatado por POMERANZ <sup>(5)</sup> num estudo de demanda de produtos alimentícios industrializados nas Cidades de Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife e São Paulo. A autora, baseada em pesquisas sobre orçamentos familiares realizadas em 1967-72 (exceto a de São Paulo, feita em 1971-72), conclui que o pescado industrializado é um produto consumido predominantemente pelas famílias de maior nível de renda, crescendo o seu consumo com o crescimento da renda. Há indicações, portanto, de que ã medida que se eleva o nível de renda do consumidor, há tendência de aumento do dispêndio monetário com pescado e de alteração dos tipos e espécies de pescado consumido, mantendo, contudo, praticamente a mesma participação no gasto total com alimentação.

#### 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da estrutura do consumo de pescado, com base nos dados preliminares do Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF), fornece elementos para algumas considerações a respeito das variáveis importantes a serem consideradas numa política de abastecimento alimentar.

Em primeiro lugar, destaca-se o baixíssimo nível de consumo per capita de pescado no Brasil, não obstante o enorme potencial de recursos pesqueiros, tanto marítimos como internos. Além de diferenças regionais significativas nas quantidades consumidas em termos per capita, foram observadas, numa mesma região, possíveis relações de substituição entre diferentes fontes de proteína animal.

Em segundo lugar, nota-se como um dos possíveis motivos do baixo consumo de pescado no Brasil a escassez de pontos fixos de venda no varço dos diversos tipos de pescado. Assim, o predomínio das feiras-livres (tal como em São Paulo e no Rio de Janeiro) e vendedores ambulantes (como em São Paulo e Belo Horizonte) na distribuição de pescado fresco, não obstante a penetração desses equipamentos em zonas populacionais de baixa renda, não parece ser de tal monta a prescindir da complementação por outros tipos de equipamentos.

Um terceiro aspecto observado foi o de que o padrão de consumo dos pescados parece indicar, pelo menos para a área metropolitana do Rio de Janeiro, que a variação do percentual de dispêndio com pescado praticamente independe do nível de renda familiar, refletindo uma elasticidade-

---

(5) POMERANZ, L. A demanda de produtos alimentícios industrializados no Brasil. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, 17(6): 81-101, nov./dez. 1977.

renda de consumo positiva, próxima à unidade para este tipo de alimento , ou seja, para qualquer nível de renda das famílias, o percentual de gasto com pescado é relativamente constante.

Parece, portanto, lícito admitir que o simples aumento da oferta de pescado no Brasil não garante a elevação dos níveis de consumo compatíveis com as necessidades, se não forem solucionados problemas tais como hábito de consumo da população, preço e qualidade do produto e deficiência da infra-estrutura de comercialização.